

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.052/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2341/2025

ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE AUTODESK - ARCHITECTURE ENGINEERING & CONSTRUCTION COLLECTION IC COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD ANNUAL SUBSCRIPTION – SKU:02HI1-WW8500-L937

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/06/2026, 10h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

UASG: 450573

MODO DE DISPUTA: ABERTO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR VALOR GLOBAL

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP: SIM

1. DO OBJETO	2
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASGOV	4
4. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	17
9. DA CONTRATAÇÃO	18
10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	21
11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	22
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	22
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

Este Edital, seus anexos, e o resultado do Pregão, constarão no Sistema Comprasgov, bem como do site: <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasgov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerá a última.

Edital- fls. 2/54

TORNA-SE PÚBLICO QUE A SECRETARIA DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POR MEIO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, SEDIADA NA RUA NARCISO STURLINI, 161, CENTRO, OSASCO / SP, REALIZARÁ LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 13.877, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de software Autodesk - Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription – sku:02hi1-ww8500-l937, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital e seus anexos;

1.1.1. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes neste Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento das obrigações assumidas com a assinatura do CONTRATO.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Edital- fls. 3/54

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.7.2. Empresas suspensas temporariamente para licitar, impedidas de licitar e contratar com a **Prefeitura do Município de Osasco**, ou que tenham sido declaradas **inidôneas** para licitar e contratar com a Administração Pública e não tenham sido reabilitadas;

2.7.3. Empresas reunidas em **consórcio**, qualquer que seja a forma de sua constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Fica expressamente proibida a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto da presente licitação;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Edital- fls. 4/54

2.8. O impedimento de que trata o **item 2.7.2** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. A vedação de que trata o **item 2.7.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASGOV

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta** na forma expressa, com o **preço** conforme o **critério de julgamento** adotado neste Edital, com duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, bem como, indicar a marca / fabricante.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em **campo próprio do sistema**, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que **cumpram plenamente os requisitos de habilitação** definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. **Não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. **Não possui**, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpram as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

Edital- fls. 5/54

3.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. **Não será** aplicada na presente licitação, **Cota Reservada** conforme previsto inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme justificativa técnica da área requisitante devidamente acostada aos autos do processo administrativo.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.3 ou 3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

3.10.1. Visando a celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, o licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.12. Do Preenchimento da Proposta:

3.12.1. As propostas deverão ser preenchidas de acordo com o **Anexo II**;

3.12.2. Não é possível a apresentação de proposta alternativa, portanto, para cada item a licitante deverá apresentar tão somente **UMA** marca;

3.12.3. Não serão aceitas nas propostas adequadas, marca diferente da indicada na proposta inicial cadastrada no sistema, sob pena de **desclassificação**;

Edital- fls. 6/54

3.12.4. A Proponente deverá ofertar seu preço unitário, expresso em reais, obrigatoriamente com 02 (duas) casas após a vírgula;

3.12.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

3.12.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.12.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

3.12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

3.12.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120** (cento e vinte) **dias**, a contar da data de sua apresentação;

3.12.10. O Considerando que o licitante já declarou que sua proposta está de acordo com as condições do Edital, a descrição do produto será examinada de forma objetiva, na fase de aceitação.

4. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até **3** (três) **dias úteis** antes da data da abertura do certame;

4.1.1. As respostas as impugnações ou aos pedidos de esclarecimentos, serão divulgados no Sistema Comprasgov e Portal da Prefeitura de Osasco <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>, para visualização dos interessados, no prazo de até **3** (três) **dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior a data da abertura do certame;

4.1.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico secol@osasco.sp.gov.br, no horário oficial de Brasília, nos dias úteis, **até as 17 horas**;

4.1.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

4.1.4. A concessão de efeito suspensivo a impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação;

4.1.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

5.1.1. Será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante;

5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL GLOBAL**

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O **intervalo mínimo** de diferença de **valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá **ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o **Modo de disputa ABERTO**.

5.10. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

Edital- fls. 8/54

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

Edital- fls. 9/54

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e [art. 69 do Decreto Municipal 13.877, de 2023](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Prefeitura de Osasco - <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>;
- c) TCU / Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

Edital- fls. 10/54

d) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP - <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados>;

e) SIT – Certidões – Ministério do Trabalho e Emprego - <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>.

6.2. Caso as condições de participação sejam atendidas, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, verificando sua adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação, conforme estabelecido neste Edital e em seus anexos.

6.4. O órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, com as especificações definidas no Termo de Referência.

6.5. **Não serão aceitas propostas com o valor unitário superior ao estimado,** conforme **item 3.1 do Termo de Referência – ANEXO I.**

6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

6.9. **DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA**

6.9.1. Após a disputa de lances, o licitante provisoriamente vencedor será convocado para que apresente sua proposta ajustada ao valor negociado ou ao seu último lance. Por sua vez, o valor da proposta deverá conter apenas **2 (duas) casas decimais**, bem como **a marca indicada na proposta inicial**, ou seja, a proposta incluída no **COMPRAS.GOV.BR**, nos termos do **item 3.12** do edital.

Edital- fls. 11/54

6.9.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada.

6.9.3. Na impossibilidade de anexar no sistema COMPRASGOV, deverá encaminhar a proposta adequada, bem como, os documentos relacionados no **item anterior**, no endereço eletrônico secol@osasco.sp.gov.br;

6.9.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.9.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 13.877, de 2023.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, será verificada junto ao **SICAF**, nos termos do art. 117 do Decreto Municipal nº 13.877, de 2023;

7.1.2. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos no **item 7.15** deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

7.2. Na hipótese da participação de **empresas estrangeiras** que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser **empresa estrangeira** que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que **atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

Edital- fls. 12/54

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação a integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8.1. Os **documentos exigidos para habilitação** que **não estejam contemplados no Sicaf** serão **enviados por meio do sistema**, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contadas da solicitação do pregoeiro.

7.9. A **verificação no Sicaf** ou a exigência dos **documentos** nele não contidos somente será feita em relação ao **licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento (Art. 63, II da Lei Federal 14.133/2021).

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Edital- fls. 13/54

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.8.1** deste Edital.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. DAS COOPERATIVAS

7.14.1. Será exigida a seguinte documentação complementar:

7.14.2. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

7.14.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.14.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

7.14.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.14.6. Os seguintes documentos para a comprovação da REGULARIDADE JURÍDICA DA COOPERATIVA:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

7.15.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.15.1. Habilitação jurídica:

7.15.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);

7.15.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

7.15.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

7.15.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

7.15.1.5. Se Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, essa condição deverá estar demonstrada na documentação apresentada;

7.15.1.6. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.15.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.15.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** ou no Cadastro de **Pessoas Físicas**, conforme o caso;

7.15.2.2. Prova de **inscrição no cadastro** de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.15.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

7.15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade cujo exercício contrata ou concorre;

a) No caso da licitante ter domicílio ou **sede no Estado de São Paulo**, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

Edital- fls. 15/54

7.15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa aos tributos mobiliários;

7.15.2.6. Caso o fornecedor seja considerado **isento** dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.15.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

7.15.2.8. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, através de Certificado de Regularidade do **FGTS** – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.15.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) nos termos da Lei nº 12.440/2011;

7.15.2.10. As provas de regularidade deverão ser feitas por **Certidão Negativa** ou **Certidão Positiva com efeitos de Negativa**. As Certidões poderão ser obtidas através de Sistema Eletrônico junto a Internet, ficando a aceitação condicionada à confirmação de sua validade por parte da Comissão.

7.15.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

7.15.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta dias) dias da data de abertura do certame.

7.15.3.2. Fica dispensada a apresentação de índices financeiros, nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa total ou parcial da documentação de habilitação, em consonância com o art. 69 do mesmo diploma legal.

7.15.4. **Qualificação Técnica-Operacional**

7.15.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, observado o disposto no artigo 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

7.15.4.2. Deverá apresentar atestado (s) de bom desempenho anterior em contrato de mesma natureza e porte, fornecido (s) pelas contratantes, que deverão conter, necessariamente, a especificação do tipo de serviço, com indicação das quantidades fornecidas e do prazo de execução.

7.15.4.3. Caso o licitante não seja o fabricante das soluções ofertadas, deverá apresentar a comprovação de que a LICITANTE possui autorização do fornecedor da solução para comercializar e instalar a solução especificada, juntamente com a proposta comercial.

Edital- fls. 16/54

7.15.4.4. Justificativa para a solicitação de comprovação de que a LICITANTE possui autorização do fornecedor da solução para comercializar e instalar a solução especificada. A autorização tem como finalidade comprovar que a licitante é revendedora ou parceira oficialmente habilitada a fornecer licenças Autodesk.

7.15.4.5. Essa exigência garante que o licitante tenha respaldo formal do fabricante, assegurando a qualidade do produto e cumprimento das condições comerciais. Além disso, promove segurança jurídica, evitando problemas legais, e assegura transparência no processo licitatório, garantindo que o licitante tenha a competência e a autorização necessárias para cumprir com suas obrigações.

7.15.4.6. A não apresentação da documentação técnica acima indicada, bem como a não aderência da solução ofertada frente às características do termo de referência ensejará a desclassificação da empresa licitante.

7.15.4.7. Os documentos de habilitação técnica e operacional serão analisados e aprovados pela Secretaria Executiva de Inovação e Tecnologia.

7.15.4.8. A Comissão Avaliadora ficará responsável pela avaliação dos referidos comprovantes exigidos. A equipe que compõe a Comissão Avaliadora é formada pelos seguintes membros:

Antônio Ricardo de Souza – Matrícula 203.649

Carlos de Oliveira – Matrícula 124.974

Valderez Maria dos Santos – Matrícula: 197.561

7.15.4.9. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

7.15.4.10. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

7.15.4.11. **Vistoria Técnica**

7.15.4.11.1. Para o devido conhecimento e uniformização de entendimento quanto às condições para a execução dos serviços do objeto deste Termo de Referência, as empresas licitantes poderão fazer optativamente vistoria técnica junto as dependências da proponente, de modo que a licitante comprove, por intermédio de um dos seus Responsáveis Legais, que tomou conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, bem como a obtenção das informações que subsidiem a formação de preços para cumprimento do objeto.

7.15.4.11.2. A vistoria deverá ser realizada mediante agendamento prévio, pelo [e-mail anniele.setide@osasco.sp.gov.br](mailto:anniele.setide@osasco.sp.gov.br) ou telefone: (11) 2182-1193, com o(s)/a(s) Senhores(as) Anniele

Edital- fls. 17/54

Nubia Fagundes Braga, dentro do horário de expediente em dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 17h.

7.15.4.11.3. Deverá ser realizada, preferencialmente, por um responsável técnico credenciado da empresa licitante, em data e horário agendados com a municipalidade até o dia útil anterior da data prevista para a realização da sessão pública.

7.15.4.11.4. Realizada a visita, será entregue ao representante da interessada a **Declaração de Visita Técnica**, conforme **ANEXO III** deste Edital, emitida pela Secretaria Executiva de Inovação e Tecnologia em nome da licitante, a fim de comprovar o seu comparecimento aos locais dos serviços.

7.15.4.11.5. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, DEVERÁ apresentar **declaração de opção por não realizar a visita técnica**, conforme **Anexo IV** deste edital. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.15.5. Documentação complementar:

7.15.5.1. Declaração subscrita por Representante Legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo – **Anexo V**, atestando que:

a) Declaração firmada pelo Representante Legal da Empresa, sob as penas da Lei, de que, no ano-calendário de realização da licitação, os contratos celebrados com a Administração Pública, cujos valores somados não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.15.6. O Licitante que apresentar **declaração** falsa exigida para o certame, e ensejar o retardamento da licitação, estará sujeito à aplicação das **penalidades** previstas no Decreto Municipal nº 13.877/23, e poderá ficar impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

8. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

8.1. Finalizada as fases de Julgamento das propostas, bem como, à habilitação, o sistema abre automaticamente prazo para registro de intenção de recurso, cabendo ao pregoeiro estabelecer o prazo de encerramento de intenção de recurso.

8.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21 e seguirão os seguintes termos:

8.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

Edital- fls. 18/54

8.2.3. O prazo para apresentação das razões recursais será de **3 (três) dias úteis**, contados da data de convocação ou de lavratura do termo de julgamento;

8.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

8.2.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos;

8.2.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

8.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão reconhecidos;

8.2.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

8.2.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.3. A falta de manifestação da licitante no prazo estabelecido acarretará a decadência do direito de recurso, submetendo à adjudicação.

8.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria Executiva de Compras e Licitações – SECOL, Rua Narciso Sturlini, nº 161 - Centro - OSASCO / SP, em dias úteis, no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas.

8.5. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

8.6. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no Edital, o processo licitatório será encaminhado nos termos do Decreto Municipal nº 13.877/23, bem como, da Lei Federal 14.133/21 à autoridade competente que procederá à adjudicação e Homologação.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério da Municipalidade, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviços pela contratada, podendo ser prorrogado em conformidade com o Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

Edital- fls. 19/54

9.3. Em caso de prorrogação, o contrato será passível de reajuste de preços com o objetivo de preservar seu equilíbrio econômico-financeiro, em observância ao Art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021. O cálculo do reajuste observará a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a cada 12 (doze) meses, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, tomando como data-base vinculada à data do orçamento estimado.

9.4. **Da Garantia de Execução Contratual:** No ato da assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar garantia conforme § 1, do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será devolvida após o requerimento de sua devolução pela CONTRATADA e desde que o contrato esteja encerrado e todas as obrigações dele decorrentes tenham sido cumpridas, conforme artigo 100 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.5. Os **requisitos da contratação** estão dispostos no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

9.6. O modelo de gestão e execução do contrato está disposto no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

9.7. Na **assinatura** do contrato será exigida a **comprovação da regularidade fiscal**, ou constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato nos termos do Art. 88, e sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o capítulo X, ambos do Decreto Municipal nº 13.877/2023.

9.9. Este edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante do contrato, como se nele estivesse escrito.

9.10. **Da gestão e fiscalização do Contrato**

9.10.1. O contrato ficará sob o regime de atribuições administrativas e a função de administrar, desde sua concepção até a finalização pelos gestores, titular Carlos de Oliveira, matrícula nº 124.974, e nos seus afastamentos e impedimentos legais o suplente Anderson Henrique Lima da Silva, matrícula nº 201.522 todos da Servidores da Prefeitura do Município de Osasco, nos Termos do art. 3º, LXII, do Decreto Municipal nº 13.877, de 30 de agosto de 2023.

9.10.2. A fiscalização, exercida por profissionais designados pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO, não implica em corresponsabilidade, nem exime a CONTRATADA de responsabilidade.

9.10.3. O gestor do contrato será responsável pelas seguintes atribuições gerais:

Edital- fls. 20/54

9.10.4. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, de que trata o inciso II do caput do art. 7º do Decreto Municipal nº 13.964/2023.

9.10.5. Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência

9.10.6. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal de liquidação e de pagamento da despesa.

9.10.7. coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e relatar eventual necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.10.8. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente aos setores pertinentes para formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 7º atestar o relatório de que trata o inciso XIV do art. 11 Decreto Municipal nº 13.964/2023, avaliando o desempenho do contratado na execução contratual, bem como a necessidades de aplicação de eventuais penalidades.

9.10.9. atestar a atualização do relatório de riscos, de que trata o inciso IX do art. 11 do Decreto Municipal nº 13.964/2023.

9.10.10. Atestar o relatório de que trata o inciso XIV do art. 11 Decreto Municipal nº 13.964/2023, avaliando o desempenho do contratado na execução contratual, bem como a necessidade de aplicação de eventuais penalidades.

9.10.11. Emitir, observado o quanto disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo o Recebimento Definitivo do objeto do contrato referido no art. 13 Decreto Municipal nº 13.964/2023, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.10.12. Realizar as atribuições definidas no art. 11 do Decreto Municipal nº 13.964/2023 quando acumular a função de fiscal de contrato.

9.10.13. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido de acordo com as regras descritas nos Capítulos X e XI do Decreto Municipal nº 13.877/2023.

9.10.14. No momento da assinatura do contrato, a contratada deverá qualificar um funcionário que ficará disponível para atender às solicitações da Prefeitura do Município de Osasco.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de **29** (vinte e nove) **dias corridos** para fins de liquidação, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Unidade Requisitante.

10.2. O pagamento do licenciamento deve ocorrer na sua integralidade no primeiro mês de execução do contrato.

10.3. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, após a entrega dos produtos, com a verificação de conformidade com o solicitado.

10.4. A PMO pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

10.5. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, ainda que seja de filial ou da matriz.

10.6. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal e/ou Fatura número da Ordem de Serviço, número do processo administrativo, número do pregão eletrônico, o preço unitário e o preço total do serviço, indicando o número da conta corrente, banco, e a agência com qual opera, sob pena de retenção de pagamento.

10.7. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal (is) de Serviços/Fatura(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será (ao) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

10.8. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a PMO.

10.9. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá manter sua regularidade fiscal.

10.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do

Edital- fls. 22/54

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.15. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Detentora terá direito à aplicação de compensação financeira;

10.15.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

10.15.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Detentora.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, conforme custos unitários apostos no **item 3.1** do Termo de Referência – **Anexo I**, nos termos do Decreto Municipal nº 13.943/2023.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Pregão:

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

nº 18.003.04.126.0002.2.091.3.3.90.40.01.110.0000

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, e do capítulo X, do Decreto Municipal nº 13.877/2023 o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

Edital- fls. 23/54

- 13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando solicitada;
- 13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 13.1.5. Fraudar a licitação;
- 13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. Advertência;
 - 13.2.2. Multa;
 - 13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente **sobre o valor do contrato** licitado, recolhida no prazo máximo de **05** (cinco) **dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado;

13.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do **valor do contrato** licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15** (quinze) **dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15** (quinze) **dias úteis**, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Edital- fls. 25/54

13.11. Caberá recurso no prazo de **15** (quinze) **dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo **de 05** (cinco) **dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20** (vinte) **dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15** (quinze) **dias úteis**, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20** (vinte) **dias úteis**, contados do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Os interessados devem estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD") e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

Edital- fls. 26/54

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as regras deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Comprasnet, endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e Portal da Transparência da Prefeitura de Osasco, endereço: <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>.

14.11. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

14.12. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.13. É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

14.14. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Comarca de Osasco.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Atestado de Visita Técnica;

ANEXO IV – Declaração de Renúncia;

ANEXO V – Modelo Declarações para Atendimento ao art. 4 da Lei Federal 14.133/21;

ANEXO VI - Conforme Art. 34, § 1º, inciso V, do Decreto Municipal 13.877/2023. – Reserva Orçamentária.

ANEXO VII – Minuta de Contrato.

Osasco, 03 de junho de 2026

Talita Bottas de Oliveira e Souza
- Secretaria de Tecnologia Inovação e Desenvolvimento Econômico -

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de software Autodesk - Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription – sku:02hi1-ww8500-l937, por 12 meses de acordo com especificações técnicas presentes neste Termo de Referência, buscando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Osasco.

1.2. O presente documento foi elaborado pela Secretaria Executiva de Inovação e Tecnologia, e tem a finalidade de estabelecer os critérios necessários para garantir a contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de software Autodesk de acordo com especificações técnicas presentes neste Termo de Referência, buscando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Osasco.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente seção tem o objetivo de justificar quais problemas serão resolvidos sob a perspectiva do interesse público que ensejou a abertura do procedimento, conforme segue.

2.2. A Secretaria Executiva de Inovação e Tecnologia identificou a necessidade da contratação, considerando as demandas existentes nas Secretarias desta Municipalidade e o fim da vigência do Contrato nº 141/2022 na data de 29 de dezembro de 2025, o qual fornece atualmente as licenças que suprem a presente demanda.

2.3. Assim, temos que a Prefeitura Municipal de Osasco utiliza os seguintes softwares disponibilizados através do Contrato nº 141/2022, específicos do fabricante Autodesk, para elaborar os projetos de obras, habitações, infraestrutura e mobilidade.

2.4. InfraWorks

2.4.1. Utilizado para realizar os Estudos de Viabilidade Técnica (EVT) e projeto Preliminar de Urbanismo, para criar o modelo 3D do empreendimento contemplando, sistema viário, lotes, áreas verdes, redes de infraestrutura e residências para estudo da melhor solução do projeto. Também permite fazer apresentações dos empreendimentos propostos para comunidades e demais órgãos competentes.

2.5. Civil 3D

2.5.1. Utilizado pela equipe de topografia responsável pelo levantamento planialtimétrico cadastral e por criar o modelo 3D do terreno com todas as informações cadastrais. Também utilizado pelos profissionais de urbanismo, paisagismo, terraplenagem e geotécnica, os quais vão criar os modelos de sondagens, terraplenagem, parcelamento do solo, viário, sistemas de redes de drenagem, redes de água, redes de esgoto e redes de elétrica.

2.6. AutoCAD

2.6.1. Utilizado para detalhamento dos documentos técnicos CAD (Desenho Assistido por Computador) do projeto em 2D.

2.7. AutoCAD MAP 3D

2.7.1. Utilizado para realizar análises de viabilidade do empreendimento, através de um fluxo de trabalho integrado com o Infracore. Utiliza as imagens, ortofotos, mapa da cidade, dados do entorno, usos do solo, equipamento urbanos e redes de infraestrutura para realizar as análises necessárias.

2.8. Revit

2.8.1. Utilizado pelos profissionais de arquitetura, estruturas e hidráulica, para criar os modelos das tipologias de edificação.

2.9. Navisworks Manage

2.9.1. Utilizado para coordenação, revisão, planejamento e quantificação usando o Modelo Federado, envolvendo todas as disciplinas do empreendimento. A extração de quantitativos do modelo 3D BIM é feita de acordo com a base de codificação e orçamentação Prefeitura Municipal de Osasco.

2.10. 3ds Max

2.10.1. Utilizado para visualizações realísticas do projeto através de animações e imagens renderizadas.

2.10.2. Identifica-se que a aquisição das licenças irá proporcionar ao Município:

2.10.2.1. Continuidade dos serviços de confecção de mapas em meio digital, apoiados pela TI;

2.10.2.2. Atualização de versões da solução de AUTOCAD, disponibilizadas pelo fabricante a fim de prover aos usuários finais sempre as novas funcionalidades e facilidades existentes no mercado, apoiando os funcionários que já fazem uso da ferramenta na realização de suas atividades profissionais;

2.10.2.3. Melhoria de serviços prestados e que requerem novas facilidades;

2.10.2.4. Agilidade e automação das rotinas diárias de desenvolvimento de projetos;

2.11. Consoante as informações prestadas, atualmente existe uma evolução tecnologia junto ao processo de trabalho das áreas, que concerne também no desenvolvimento, sistematização e padronização de rotinas executadas.

3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1 A CONTRATADA deverá fornecer as assinaturas de softwares no modelo Named User, por um período de 12 meses. A Contratação dos serviços ocorrerá nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO (SKU)	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	02HI1-WW8500-L937	Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription	Unidade	46	20.988,70	965.480,20
VALOR TOTAL GLOBAL Estimado (12 meses):						965.480,20

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As subscrições Autodesk, escopo deste Termo de Referência a serem adquiridas, permitem:

4.1.1. Acesso a todas as atualizações (em inglês, upgrades) dos produtos Autodesk, constantes deste Termo de Referência, durante o período de vigência do contrato;

4.1.2. Acesso a bases de conhecimento disponibilizadas através da Web pela Autodesk;

4.1.3. Direito de uso doméstico, para os produtos Autodesk escopo deste Termo de Referência;

4.1.4. Acesso aos serviços Autodesk prestados em nuvem e condizente com as subscrições das licenças escopo deste Termo de Referência;

4.1.5. Direito de uso dos produtos, considerando 3 (três) versões anteriores, além da versão vigente dos produtos Autodesk escopo deste Termo de Referência;

4.1.6. Extrair relatórios de uso das licenças de cada usuário.

4.2. SUPORTE TÉCNICO

4.2.1. A contratada deverá prover suporte técnico para auxílio operacional e em mensagens de erro da aplicação.

4.2.2. O suporte deverá ser disponibilizado por telefone ou e-mail, de segunda a sexta-feira em horário comercial (das 8:00 às 17:00h), exceto feriados.

5. JUSTIFICATIVA DE INDICAÇÃO DE MARCA

5.1. De acordo com o art. 41 da Lei 14.133, é permitida a especificação de marca desde que haja justificativa técnica ou padronização previamente estabelecida. No caso em questão, a manutenção da marca Autodesk atende aos seguintes fundamentos legais e administrativos:

5.2. Primeiramente, há uma padronização tecnológica já consolidada no município, com fluxos de trabalho, arquivos e integrações baseados na plataforma Autodesk. A troca por outra solução exigiria reconfiguração de sistemas, requalificação de equipes e poderia gerar interrupções nos serviços públicos, além de custos adicionais com migração e treinamento. Isso se enquadra no inciso I, alínea "a" do artigo 41, que trata da padronização como justificativa válida.

Edital- fls. 30/54

5.3. Além disso, o inciso I, alínea “b” do mesmo artigo permite a indicação de marca quando necessária à compatibilidade com sistemas já existentes. Como o contrato atual está vigente até o final de 2025, a continuidade da marca garante eficiência operacional, segurança jurídica e mitigação de riscos técnicos.

5.4. Outro ponto relevante é que a Autodesk oferece funcionalidades específicas para projetos de engenharia e arquitetura que são amplamente reconhecidas no mercado. A substituição por outra solução poderia comprometer a qualidade técnica dos serviços prestados, o que também pode ser considerado como justificativa nos termos do inciso I, alínea “c”.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Conforme já demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, do ponto de vista técnico, a solução mais vantajosa é a contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de software Autodesk - Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription – sku:02hi1-ww8500-l937, por um período de 12 meses de acordo com especificações técnicas presentes neste termo de referência, buscando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Osasco.

6.2. A contratação contempla ainda suporte técnico e atualizações de versão durante o período contratual, garantindo a continuidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pelas secretarias e órgãos municipais.

6.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 13.082, DE 07 de outubro de 2021.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. O critério de julgamento será o de “Menor Preço Global”, justifica-se a utilização desse critério em razão de que o edital visa à disponibilização do objeto, fazendo com que a contratação de uma só empresa acarrete menor custo para a administração, maior agilidade, eficiência na fiscalização dos serviços e acompanhamento simplificado do cronograma de execução, sendo o objeto composto por um único item.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviços pela contratada, podendo ser prorrogado em conformidade com o Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

8.2. Em caso de prorrogação, o contrato será passível de **reajuste de preços** com o objetivo de preservar seu equilíbrio econômico-financeiro, em observância ao Art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021. O cálculo do reajuste observará a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo,

Edital- fls. 31/54

a cada 12 (doze) meses, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, tomando como data-base vinculada à data do orçamento estimado.

9. CONDIÇÕES DE ENTREGA, LOCAL DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO

9.1. Prefeitura do Município de Osasco - Secretaria de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, na Av. dos Autonomistas 197 – 3º Andar – Vila Yara – Osasco – S.P. – CEP 06020-000 – Tel (11) 2182-1193, dentro do horário de expediente de segunda a sexta feira das 8h às 12h e das 14h às 17h

9.2. A CONTRATADA deverá realizar a entrega mediante disponibilização/ativação integral das licenças objeto da contratação (incluindo credenciais, chaves, acesso e/ou vinculação à conta indicada pela CONTRATANTE), em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Início de Serviços.

9.3. Ressalta-se que o prazo de 12 (doze) meses refere-se exclusivamente à vigência do direito de uso/subscrição das licenças, não se confundindo com o prazo de entrega, o qual permanece limitado a 30 (trinta) dias, conforme o item 9.2 do Termo de Referência.

9.4. Os instaladores dos softwares das assinaturas de software previsto neste Termo de Referência, assim como suas atualizações deverão estar disponíveis para download em conta registrada em nome da Prefeitura do Município de Osasco ou de representante indicado pela Secretaria Executiva de Inovação e Tecnologia em site oficial designado pelo fabricante.

ETAPA	ENTREGA	PRAZO
Emissão de Ordem de Início de Serviço	Ordem de Início de Serviço	Após a assinatura do contrato
Licenciamento	Licenças	30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início de serviço

9.5. DESEMBOLSO

9.5.1. O faturamento do licenciamento deverá ser realizado em parcela única no primeiro mês de prestação de serviços.

9.6. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)											
		0°	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°

0	Emissão da Ordem de Início de Serviços													
1	Licenciamento com suporte técnico - Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription		P											

9.6.1. * P: mês que o desembolso deve ser efetuado. O pagamento do licenciamento deve ocorrer na sua integralidade no primeiro mês de execução do contrato.

10. GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto deste Termo de Referência ocorrerão de acordo com os critérios apresentados a seguir em conformidade com ao Decreto Municipal nº 13.964/2023, que regulamenta as regras para atuação dos fiscais e gestores de contratos, no âmbito do Município de Osasco.:

10.2. Gestão do Contrato

10.2.1. O contrato ficará sob o regime de acompanhamento e fiscalização pelos gestores, titular Carlos de Oliveira, matrícula nº 124.974, e nos seus afastamentos e impedimentos legais o suplente Anderson Henrique Lima da Silva, matrícula nº 201.522.

10.2.2. A fiscalização, exercida por profissionais designados pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO, não implica em corresponsabilidade, nem exime a CONTRATADA de responsabilidade.

10.2.3. O gestor do contrato será responsável pelas seguintes atribuições gerais:

10.2.3.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, de que trata o inciso II do caput do art. 7º do Decreto Municipal nº 13.964/2023.

10.2.3.2. Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência

10.2.3.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal de liquidação e de pagamento da despesa.

10.2.3.4. coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço,

Edital- fls. 33/54

do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e relatar eventual necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.2.3.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente aos setores pertinentes para formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 7º atestar o relatório de que trata o inciso XIV do art. 11 Decreto Municipal nº 13.964/2023, avaliando o desempenho do contratado na execução contratual, bem como a necessidades de aplicação de eventuais penalidades.

10.2.3.6. atestar a atualização do relatório de riscos, de que trata o inciso IX do art. 11 do Decreto Municipal nº 13.964/2023.

10.2.3.7. Atestar o relatório de que trata o inciso XIV do art. 11 Decreto Municipal nº 13.964/2023, avaliando o desempenho do contratado na execução contratual, bem como a necessidade de aplicação de eventuais penalidades.

10.2.3.8. Emitir, observado o quanto disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo o Recebimento Definitivo do objeto do contrato referido no art. 13 Decreto Municipal nº 13.964/2023, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10.2.3.9. Realizar as atribuições definidas no art. 11 do Decreto Municipal nº 13.964/2023 quando acumular a função de fiscal de contrato.

10.2.3.10. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido de acordo com as regras descritas nos Capítulos X e XI do Decreto Municipal nº 13.877/2023.

10.3. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.3.1. Observados as condições e prazos constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA e seus APÊNDICES, o recebimento dos serviços será realizado de acordo com o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.2. A entrega da solução, pela CONTRATADA, e o recebimento, pela CONTRATANTE, não implica em sua aceitação.

10.3.3. Finda a etapa de recebimento, a CONTRATANTE efetuará os testes finais de aceitação, para que possa ser lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO, que ocorrerá em até 5 dias úteis a contar da ativação das licenças no ambiente computacional.

10.3.4. Caso a solução ou serviço entregue esteja em desacordo com o especificado no Contrato ou na proposta da CONTRATADA, poderá a CONTRATANTE rejeitá-lo parcialmente ou totalmente, podendo a mesma por sua conta e risco, no prazo de 07 (sete) dias úteis, promover a substituição ou adequação do mesmo, caso contrário, estará a CONTRATADA sujeita à aplicação das sanções previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Obriga-se a Contratante:

11.1.1. Supervisionar os serviços.

11.1.2. Acompanhar o trabalho desenvolvido pela contratada na prestação dos serviços e fornecimento da solução, garantindo o cumprimento de todos os requerimentos elencados no Termo de Referência.

11.1.3. Estabelecer controle de qualidade e de quantidade dos serviços executados pela contratada.

11.1.4. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser necessários para operação no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a partir da solicitação por escrito ou e-mail.

11.1.5. Indicar os membros da equipe da contratante ou DESIGNADA responsáveis por suportar a contratada nos problemas e casos de urgência.

11.1.6. Permitir à contratada o acesso a todas as áreas, instalações, equipamentos e informações necessárias ao cumprimento das suas obrigações.

11.1.7. Prover as bases de dados e informações necessárias aos serviços.

11.1.8. Prover infraestrutura e serviços de hospedagem aos sistemas previstos.

11.1.9. Manter a contratada informada acerca da programação das atividades relacionadas, sempre informando a contratada de eventuais alterações.

11.1.10. Exercer a fiscalização dos serviços por funcionários ou entidades especialmente designadas.

11.1.11. Comunicar por escrito qualquer falta ou deficiência, que deverão ser corrigidos imediatamente pela contratada. Nestes casos, a contratante deverá também indicar um responsável pelo acompanhamento das correções.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Obriga-se a contratada:

12.1.1. Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento.

12.1.2. Responsabilizar-se integral e diretamente pela solução e pelos serviços contratados e mencionados em quaisquer dos documentos que integram esta contratação.

12.1.3. Manter de forma igual ou superior, durante toda a execução do Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua qualificação.

12.1.4. Aceitar e facilitar o trabalho de fiscalização da contratante, fornecendo todas as informações solicitadas dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir do recebimento da solicitação por escrito, bem como obedecer às recomendações que não colidam com o pactuado.

12.1.5. Manter atualizada a qualificação técnica e licenças junto aos órgãos responsáveis.

Edital- fls. 35/54

- 12.1.6. Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no Termo de Referência.
- 12.1.7. Executar os serviços, de acordo com as especificações e normas exigidas, utilizando equipamentos e materiais apropriados e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução.
- 12.1.8. Observar e respeitar as legislações vigentes, relativas à execução de seus serviços.
- 12.1.9. Assumir todos os prejuízos decorrentes de danos causados a terceiros por seus sócios, prepostos ou empregados.
- 12.1.10. Garantir a usabilidade, desempenho e as características funcionais e de qualidade originais da solução durante todo o período de contrato, fazendo as intervenções que se tornarem necessárias para isso.
- 12.1.11. Prover os serviços de garantia e suporte técnico de todos os softwares escopo da solução.
- 12.1.12. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência da CONTRATANTE.

13. HABILITAÇÃO

13.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL

13.1.5 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, observado o disposto no artigo 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

13.1.6 Deverá apresentar atestado (s) de bom desempenho anterior em contrato de mesma natureza e porte, fornecido (s) pelas contratantes, que deverão conter, necessariamente, a especificação do tipo de serviço, com indicação das quantidades fornecidas e do prazo de execução.

13.1.7 Caso o licitante não seja o fabricante das soluções ofertadas, deverá apresentar a comprovação de que a LICITANTE possui **autorização do fornecedor** da solução para comercializar e instalar a solução especificada, juntamente com a proposta comercial.

13.1.8 Justificativa para a solicitação de comprovação de que a LICITANTE possui autorização do fornecedor da solução para comercializar e instalar a solução especificada. A autorização tem como finalidade comprovar que a licitante é revendedora ou parceira oficialmente habilitada a fornecer licenças Autodesk.

13.1.8.1 Essa exigência garante que o licitante tenha respaldo formal do fabricante, assegurando a qualidade do produto e cumprimento das condições comerciais. Além disso, promove segurança jurídica, evitando problemas legais, e assegura transparência no processo licitatório, garantindo que o licitante tenha a competência e a autorização necessárias para cumprir com suas obrigações.

Edital- fls. 36/54

13.1.9 A não apresentação da documentação técnica acima indicada, bem como a não aderência da solução ofertada frente às características do termo de referência ensejará a desclassificação da empresa licitante.

13.1.10 Os documentos de habilitação técnica e operacional serão analisados e aprovados pela Secretaria Executiva de Inovação e Tecnologia.

13.1.11 A Comissão Avaliadora ficará responsável pela avaliação dos referidos comprovantes exigidos. A equipe que compõe a Comissão Avaliadora é formada pelos seguintes membros:

13.1.11.1 Antônio Ricardo de Souza – Matrícula 203.649

13.1.11.2 Carlos de Oliveira – Matrícula 124.974

13.1.11.3 Valderéz Maria dos Santos – Matrícula: 197.561

13.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.2.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura do certame.

13.2.2 Fica dispensada a apresentação de índices financeiros, nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa total ou parcial da documentação de habilitação, em consonância com o art. 69 do mesmo diploma legal.

13.3 VISTORIA TÉCNICA

13.3.1 Para o devido conhecimento e uniformização de entendimento quanto às condições para a execução dos serviços do objeto deste Termo de Referência, as empresas licitantes poderão fazer optativamente vistoria técnica junto as dependências da proponente, de modo que a licitante comprove, por intermédio de um dos seus Responsáveis Legais, que tomou conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, bem como a obtenção das informações que subsidiem a formação de preços para cumprimento do objeto.

13.3.2 A vistoria deverá ser realizada mediante agendamento prévio, pelo e-mail anniele.setide@osasco.sp.gov.br ou telefone: (11) 2182-1193, com o(s)/a(s) Senhores(as) Anniele Nubia Fagundes Braga, dentro do horário de expediente em dias úteis, das 08h às 12h e das 14h às 17h.

13.3.3 Deverá ser realizada, preferencialmente, por um responsável técnico credenciado da empresa licitante, em data e horário agendados com a municipalidade até o dia útil anterior da data prevista para a realização da sessão pública.

13.3.4 Todas as empresas interessadas deverão apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, Declaração de Vistoria Técnica emitida pela Prefeitura em nome da empresa que efetuou a vistoria, ou Declaração de Opção por não Realizar a Vistoria Técnica, não cabendo posteriormente

Edital- fls. 37/54

qualquer alegação de desconhecimento dos locais, das condições ou de dificuldades para a realização do objeto licitado.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 O prazo de pagamento será de **29** (vinte e nove) **dias corridos**, contados da data apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Unidade Requisitante, por meio de depósito bancário em favor da CONTRATADA.

14.1.1. O pagamento do licenciamento deve ocorrer na sua integralidade no primeiro mês de execução do contrato.

14.2 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.

14.3 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, após a entrega dos produtos, com a verificação de conformidade com o solicitado.

14.4 A PMO pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

14.5 Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal (is) de Serviços/Fatura(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será (ao) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

14.6 Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a PMO.

14.7 A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal e/ou Fatura número da Autorização de Fornecimento, número do processo administrativo, número do pregão, e com seus respectivos quantitativos, o preço unitário e o preço total do produto, indicando o número da conta corrente, banco, e a agência com qual opera, sob pena de retenção de pagamento.

14.8 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira.

14.9 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

14.10 O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

15. PARTICIPAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EM CONSÓRCIO

15.1 Fica vedada a participação de pessoa jurídica em consórcio, conforme disposto no art. 29, IV “g” do Decreto Municipal nº 13.877/2023 do Município de Osasco.

15.2 A justificativa fundamenta-se principalmente nas características técnicas específicas dos serviços pretendidos. Esta contratação exige um alto nível de especialização técnica e conhecimento profundo dos produtos e serviços oferecidos pela empresa.

15.3 Empresas que participam individualmente no processo licitatório são mais propensas a possuir a expertise necessária para oferecer o serviço de modo adequado.

15.4 Além disso, a vedação de consórcios garante que a administração pública possa lidar diretamente com fornecedores, assegurando que os serviços prestados estejam em conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

15.5 A participação de consórcios poderia diluir essa especialização, uma vez que diferentes entidades podem ter níveis variados de conhecimento e experiência com os serviços, o que poderia comprometer a eficiência e a eficácia na implementação das soluções.

15.6 A vedação também facilita a fiscalização e o cumprimento das obrigações contratuais, pois a administração pública pode monitorar diretamente o desempenho de uma única entidade, garantindo que todas as especificações técnicas e requisitos de segurança sejam rigorosamente atendidos.

15.7 Por fim, a vedação está alinhada a necessidade do projeto de manter o menor número de empresas e colaboradores em contato com o parque computacional, haja vista os riscos associados a segurança da informação.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. As partes devem cumprir integralmente as disposições que regulamentam o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/ 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e com o Decreto Municipal nº 13.637/ 2022 e alterações.

16.2. Os dados pessoais serão utilizados exclusivamente para as finalidades descritas no contrato e devem atender as determinações previstas na legislação, exceto quando houver consentimento do titular, respeitados os dispositivos legais, para utilização diversa ou em conformidade com outra base legal aplicável.

16.3. As partes devem assegurar a implementação de medidas adequadas de proteção de dados, conforme determinado pela legislação vigente.

16.4. A contratante se reserva o direito de realizar auditorias para verificar o cumprimento das disposições legais.

Edital- fls. 39/54

16.5.O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula e nos demais dispositivos legais poderá resultar na rescisão do contrato, além de outras responsabilidades legais que possam ser aplicáveis.

17. TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

17.1.No início da vigência contratual a Prefeitura do Município de Osasco e a contratada deverão firmar um Termo de Sigilo e Confidencialidade, por meio do qual a contratada deverá se comprometer a cumprir, no mínimo, as seguintes obrigações:

17.2.Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações e documentações fornecidas pela Prefeitura do Município de Osasco.

17.3.Responsabilizar-se por impedir a divulgação ou utilização indevida das informações e documentações fornecidas pela Prefeitura do Município de Osasco por seus agentes e representantes, por qualquer meio admitido pelo direito, arcando com todos os custos necessários para impedir tal divulgação ou utilização indevida, inclusive com eventuais custas e despesas processuais.

17.4.Somente permitir o acesso às informações e documentações fornecidas pela Prefeitura do Município de Osasco para seus empregados, agentes e consultores que necessitem do conhecimento dessas informações em razão de suas funções profissionais.

17.5.Responsabilizar-se pela guarda da documentação fornecida pela Prefeitura do Município de Osasco.

17.6.Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos, arquivos, mídias etc., fornecidos pela Prefeitura do Município de Osasco.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento/Programática: 18.003.04.126.0002.2.091.3.3.90.40.01.110.0000.

ANEXO II
MODELO – PROPOSTA DE PREÇOS

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO:/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE AUTODESK - ARCHITECTURE ENGINEERING & CONSTRUCTION COLLECTION IC COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD ANNUAL SUBSCRIPTION SKU: 02HI1-WW8500-L937, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º _____, fax n.º _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, apresenta proposta para **contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Licenças de Software Autodesk - Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription sku: 02hi1-ww8500-l937 por um período de 12 meses**, sem prejuízo de nenhuma disposição do Edital e demais Anexos, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licenças de Software Autodesk - Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription sku: 02hi1-ww8500-l937	46			
VALOR GLOBAL (pelo período de 12 meses)					(R\$)

- Prazo de **validade** da proposta, não inferior a **120** (cento e vinte) **dias**;
- Prazo de Execução dos Serviços: **12** (doze) **meses**, contados a partir da emissão da ordem de início de serviços.
- Condições de pagamento, conforme **item 10** do edital.
- Declaro, sob as penas da Lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no **Anexo I – Termo de Referência**.
- Declaro, sob as penas da Lei, que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.
- Declaro, sob as penas da Lei, de que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaro, sob as penas da Lei, de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos

Edital- fls. 41/54

custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

➤ Proposta de Preços foi elaborado com as parcelas da prestação dos serviços de forma resumida. Sendo observado, as disposições contidas no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

Dados bancários:

- ✓ Banco:
- ✓ Agência:
- ✓ Conta Corrente:
- ✓ Contato:
- ✓ Telefone/ramal:

Local, de.....de2026

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)

ANEXO III
CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE AUTODESK - ARCHITECTURE ENGINEERING & CONSTRUCTION COLLECTION IC COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD ANNUAL SUBSCRIPTION SKU: 02HI1-WW8500-L937, POR UM PERÍODO DE 12 MESES

Comprovamos, para efeito de participação no **Pregão Eletrônico nº/2026.**, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º ____-____, e-mail _____, por intermédio do funcionário credenciado pelo representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, infra-assinado, realizou nesta data visita técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Assinatura e nº RG do servidor responsável pelo acompanhamento da vistoria)

Local,dede 2026

Declaro que me foi dado acesso ao local dos serviços a serem executados, e também que tenho pleno conhecimento de todos os elementos que possam interferir direta ou indiretamente na realização do objeto do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**

Local,dede 2026

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE VISITA TÉCNICA

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE AUTODESK - ARCHITECTURE ENGINEERING & CONSTRUCTION COLLECTION IC COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD ANNUAL SUBSCRIPTION SKU: 02HI1-WW8500-L937, POR UM PERÍODO DE 12 MESES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º _____-_____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** que renuncia ao direito de realizar Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do **Pregão Eletrônico nº/202.....**, e que toma conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como das informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta econômica, nos responsabilizando por todas as consequências oriundas deste ato.

Local,dede 2026.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÕES PARA ATENDIMENTO AO ART. 4 DA LEI FEDERAL 14.133/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE AUTODESK - ARCHITECTURE ENGINEERING & CONSTRUCTION COLLECTION IC COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD ANNUAL SUBSCRIPTION SKU: 02HI1-WW8500-L937, POR UM PERÍODO DE 12 MESES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º _____-_____, fax n.º _____-_____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** sob as penas da Lei, que:

No ano-calendário da realização da presente licitação, os contratos celebrados com a Administração Pública, cujos valores foram somados, não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, conforme Decreto Municipal 13.877/2023, art. 2º, §2º.

Local, de de 2026.

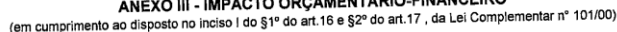
(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)



Servidor:

ANEXO VI

Folha nº



ACAO GOVERNAMENTAL - (Art.16 ou Art.17)

- ☐ Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (Art. 16)
- ☒ Despesa Obrigatória de Caráter continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com Execução Superior a dois Exercícios (Art. 17)

Nome da Iniciativa	Licenciamento Autodesk
--------------------	------------------------

DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Licenciamento Continuado

DESPESA ESTIMADA POR EXERCÍCIO - AÇÃO GOVERNAMENTAL												
Programática	Natureza da Despesa	Fonte AUDESP	Valor Estimado por Exercício						Valor Total Estimado			
			2026		2027		2028		2029	R\$	965.480,20	
18.003.04.126.0002.2.007.	3.3.90.40	01.110	R\$	965.480,20	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	965.480,20
			R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
			R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
			R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
			R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
			R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
			R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
			R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
TOTAL			R\$	965.480,20	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	965.480,20

PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO - AÇÃO GOVERNAMENTAL							
Período	Valor Estimado por Exercício					Valor Total Estimado	
	2026	2027	2028	2029	R\$		
JANEIRO	R\$ 965.480,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 965.480,20		
FEVEREIRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
MARÇO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
ABRIL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
MAIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
JUNHO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
JULHO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
AGOSTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
SETEMBRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
OUTUBRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
NOVEMBRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
DEZEMBRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
TOTAL	R\$ 965.480,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 965.480,20		

DESPESA ESTIMADA POR EXERCÍCIO - DECORRENTES DA AÇÃO GOVERNAMENTAL									
Programática	Natureza da Despesa	Fonte AUDESP	Valor Estimado por Exercício				Valor Total Estimado		
			2026	2027	2028	2029			
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		

Compensação de Efeitos Financeiros na Criação ou Aumento da Despesa

A Secretaria de Planejamento e Gestão

Por se tratar de Criação ou Aumento de despesa:

Solicito análise e manifestação acerca do ☐ inciso I do §1º do art.16 ou ☐ §2º do art.17 quanto:

- ☒ Informo que existe previsão na LOA 2025 para a despesa criada/aumentada.
- ☐ À compensação dos efeitos financeiros da despesa criada/aumentada será mediante:
- ☐ Redução da despesa prevista na LOA 2025;
 - ☐ Aumento da Receita (demonstrar aumento da receita);
 - ☐ Utilização de recurso decorrente de superávit financeiro (demonstrar superávit financeiro);

Cidade: Osasco
Dia: 14/11/2025
Mês: Novembro
Ano: 2025

Talita Bottas
Secretária de Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento
Econômico
Secretária
Talita Bottas de Oliveira e Souza

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OSASCO E A EMPRESA XXX

Pelo presente instrumento, nesta e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE OSASCO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.171/0001-04, com sede na **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**, Avenida Lázaro de Mello Brandão, nº 300, Vila Campesina, Osasco – SP, neste ato, representado por seu Prefeito _____ e, pelo Secretário de _____, Sr. _____, doravante denominado simplesmente **PREFEITURA** ou **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **XXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede _____, n.º _____, bairro, CEP: _____, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **XXXXXXXXX**, brasileiro, (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da carteira de identidade nº, inscrito no CPF/MF nº, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo avençado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições estabelecidas no Edital de Concorrência nº __/2025 e seus anexos, a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto o **“FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE AUTODESK – ARCHITECTURE ENGINEERING & CONSTRUCTION COLLECTION IC COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ANUAL SUBSCRIPTION – SKU:02HI1-WW8500-1937”**, sob o regime de Acompanhamento e Fiscalização da SETIDE, de acordo com as condições e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência e demais Anexos do Edital de Pregão Eletrônico n.º/2025, Proposta acostada às fls.....do **Processo Administrativo nº 002341/2025**, os quais ficam fazendo parte integrante deste contrato, como se transcritos fossem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

2.1. O contrato ficará sob o regime de atribuições administrativas e de acompanhamento e fiscalização pela equipe de gestores de contratos da Secretaria de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, Sr. (a) _____, matrícula n.º _____ e Sr.(a) _____, matrícula n.º _____, que poderão impugnar os serviços que infringirem as condições estabelecidas no edital e seus anexos, obrigando-se a contratada a acatar e cumprir as exigências que lhe forem feitas. Neste caso, os agentes fiscalizadores deverão justificar plenamente

Edital- fls. 47/54

toda e qualquer medida dessa natureza, para que a contratada possa tomar providências que se fizerem necessárias para regularização do que venha a ser impugnado.

2.2. As obras e/ou serviços deverão observar rigorosamente as especificações técnicas, unidades e quantidade constantes na planilha de orçamento de serviços e demais requisitos previstos no Edital e seus anexos, independente de transcrição.

2.3. Nada obstante a **CONTRATADA** seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no Contrato, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre tais serviços, por intermédio de servidor especialmente designado, sem que isso implique em corresponsabilidade ou que, de qualquer forma restrinja essa responsabilidade;

2.4. A ação ou omissão, total ou parcial, dos agentes fiscalizadores da SETIDE - Secretaria de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico do Município de Osasco, não isenta e nem exclui a integral e única responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos e/ou prejuízos que venham a ser causados a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta contratação.

2.5. A **CONTRATADA** deverá qualificar um funcionário que ficará disponível para atender às solicitações da Prefeitura do Município de Osasco

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (**doze**) **meses**, contados a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviços pela contratada, podendo ser prorrogado em conformidade com o Art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
2. A entrega e execução dos serviços deverão observar todos os termos do item “09” do Termo de Referência e ser iniciados em até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviços pela contratada.
3. Em caso de prorrogação, o contrato será passível de reajuste de preços com o objetivo de preservar seu equilíbrio econômico-financeiro, em observância ao Art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021. O cálculo do reajuste observará a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a cada 12 (doze) meses, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, tomando como data-base vinculada à data do orçamento estimado.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As condições de medições e os pagamentos deverão observar as regras contidas no item “10” do Edital.
2. O pagamento será efetuado no prazo de 29 (vinte e nove) dias corridos para fins de liquidação, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Unidade Requisitante.

Edital- fls. 48/54

3. O pagamento do licenciamento deve ocorrer na sua integralidade no primeiro mês de execução do contrato.
4. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, após a entrega dos produtos, com a verificação de conformidade com o solicitado.
5. A PMO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
6. As notas fiscais/faturas Deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente como o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta dê preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, ainda que seja de filial ou uma matriz.
7. A **CONTRATADA** deverá Indicar no corpo da Nota Fiscal e/ou Fatura o número de Ordem de Serviço, número do Processo Administrativo, número do Pregão Eletrônico, o Preço unitário e o Preço total do serviço, indicando o número da conta corrente, banco, e a agência com a qual opera, sob pena de retenção do pagamento.
8. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviços/Fatura(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.
9. Na hipótese acima, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(as), não acarretando qualquer ônus para a PMO.
10. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter sua regularidade fiscal.
11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
12. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Detentora terá direito à aplicação de compensação financeira.
1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5 % "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

Edital- fls. 49/54

2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO e RECURSOS FINANCEIROS

5.1. O valor total deste Contrato é de **R\$ (...)**.

5.2. As despesas com a execução deste Contrato onerarão os recursos da dotação orçamentária nº _____, conforme Nota de Empenho nº _____, acostada à fl. ____, do **Processo Administrativo nº 002341/2025**.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

1. Para garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** apresentará junto à CONTRATANTE, no ato da assinatura do Contrato, a importância correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do CONTRATO, em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. Caso a garantia seja apresentada por apólice de seguro garantia, deverá ser ela específica para este contrato e conter indicação da Prefeitura do Município de Osasco como beneficiária exclusiva.
3. Se, por qualquer razão, durante a execução contratual, for necessária a prorrogação do prazo de execução dos serviços, a **CONTRATADA** ficará obrigada a providenciar a prorrogação da garantia nos termos e condições originalmente aprovadas pela Prefeitura do Município de Osasco.
4. Em caso de aditamento do CONTRATO, importando tal fato na elevação do seu valor total estimado, a **CONTRATADA** se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.
5. A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após a execução do CONTRATO e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
6. Ocorrendo a rescisão unilateral ou injustificada do Contrato, a **CONTRATANTE** poderá executar a garantia prestada pela **CONTRATADA**.
7. A liberação da garantia estará condicionada ao cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, mediante requerimento da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Constituem motivos para rescisão da contratação os relacionados no artigo 155 e seguintes da Lei 14.133/2021;

7.2. A rescisão de que trata o item anterior acarretará ainda como consequências à **CONTRATADA**, a execução da garantia contratual, para ressarcimento da administração dos valores das multas e indenizações devidas, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital e Anexos.

Edital- fls. 50/54

7.3. A Inexecução Total ou Parcial das condições pactuadas sujeitará a empresa **CONTRATADA** às sanções previstas nos artigos 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, e nos artigos 175 e seguintes e seguintes do Decreto Municipal nº 13.877/2023, de 30 de agosto de 2023.

7.4. As multas serão descontadas “ex-ofício”, de qualquer crédito da **CONTRATADA**, existente na Secretaria de Finanças. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a **CONTRATADA** deverá recolhê-las no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação do julgamento do recurso na Imprensa Oficial do Município, nos termos do art. 177 do Decreto Municipal nº 13.877/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas em razão de seus erros e omissões.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das resultantes da observância da Lei Federal n.º 14.133/2021 e da Cláusula 11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital:

1. Efetuar o pagamento no prazo de até 29 (vinte e nove) dias corridos, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Unidade Requisitante, por meio de depósito bancário em favos da **CONTRATADA**.
2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA** de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
3. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA** e necessários ao bom andamento dos serviços.
4. Comunicar a **CONTRATADA** por escrito, as possíveis irregularidades detectadas na execução dos serviços.
5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada;
6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da **CONTRATADA**, além das resultantes da observância da Lei Federal n.º 14.133/2021 e da Cláusula 12 do Termo de Referência, Anexo I do Edital este Edital, executar o objeto, obedecendo às especificações, itens, subitens, elementos e instruções fornecidas

Edital- fls. 51/54

pela **CONTRATANTE**, condições gerais específicas do Processo Administrativo nº 0023417603/2025 e Proposta da **CONTRATADA**;

9.1.1. A **CONTRATADA** é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à Legislação Fiscal, Social, Tributária e Trabalhista, bem como seguros, danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a **CONTRATANTE**;

9.1.2. Realizar todos os serviços relacionados com o objeto deste instrumento, de acordo com as especificações estipuladas e negociadas com o **CONTRATANTE**;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos eventualmente causados ao **CONTRATANTE** e seu patrimônio e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA**, ou de quem em seu nome agir;

9.1.4. A **CONTRATADA** deverá se manter durante toda a execução contratual, até o término deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cuja comprovação poderá ser solicitada, a qualquer momento, pela Secretaria de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico;

9.1.5. Registrar e atender as solicitações feitas pela **CONTRATANTE** para acompanhamento e controle dos serviços na forma estabelecida neste instrumento;

9.1.6. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e mudança dos detalhes por parte da Administração Pública, se necessário;

9.1.7. Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as falhas eventuais, imediatamente após sua verificação;

9.1.8. A **CONTRATADA** deverá manter, quando necessário, preposto responsável pela execução do contrato, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período da vigência contratual, para representá-la sempre que for preciso;

9.1.9. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do **CONTRATANTE**, no que tange ao acompanhamento de execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

9.2. Arcar com as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

9.2.1. Prestar os serviços na forma ajustada, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho.

9.2.2. Responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e equipamentos, e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles

Edital- fls. 52/54

observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

9.2.3. Prestar, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do trabalho, sempre que a ela imputáveis

9.2.4. Responder pelos serviços que executar, na forma da legislação aplicável.

9.2.5. Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados.

9.2.6 Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes do Contrato, e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a **CONTRATADA** a:

9.2.6.1. Executar os serviços objeto do Contrato, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda com as instruções emitidas pela **CONTRATANTE**;

9.2.6.2 Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva, todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, à **CONTRATANTE**, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal;

9.2.6.3. Executar, às suas custas, os refazimentos dos serviços executados em desacordo com o Contrato e seus anexos;

9.2.6.5. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços, que a **CONTRATANTE** julgar necessárias conhecer ou analisar;

9.2.6.6. Pagar os tributos, taxas e encargos de qualquer natureza, em decorrência do Contrato, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município, durante toda a execução do contrato;

9.2.6.7. Facilitar o pleno exercício das funções da **FISCALIZAÇÃO**. O não atendimento das solicitações feitas pela **FISCALIZAÇÃO** será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções da **FISCALIZAÇÃO**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua própria responsabilidade, quanto à adequada execução dos serviços contratados;

9.2.6.8. Responsabilizar-se durante a execução dos serviços contratados por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar a bens da **CONTRATANTE** ou sob sua responsabilidade;

9.2.6.9. Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, componentes e serviços, dentro do prazo estabelecido **FISCALIZAÇÃO**;

9.2.6.11. Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório;

9.2.6.12. Executar os serviços objeto do Contrato em conformidade com a proposta aprovada e qualquer outra evidência que seja exigida no Contrato;

9.2.6.13. Manter atualizada sua situação de Regularidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DO FORO

10.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Osasco para dirimir eventuais questões decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1. As partes deverão tratar os dados pessoais eventualmente coletados, recebidos, compartilhados ou processados em decorrência deste contrato em estrita observância da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de dados – LGPD e do Decreto Municipal nº 13.637/2022 e alterações;

11.2. Os dados pessoais deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades descritas no contrato e deverão atender às determinações previstas na legislação, exceto quando haja consentimento do titular;

11.3 O CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar auditorias para verificação do cumprimento das disposições legais referidas;

11.4 O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula e demais dispositivos legais poderá resultar na rescisão do contrato, além de outras responsabilizações legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente contrato rege-se pelas normas da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores e pelo Decreto Municipal n.º 13.877, de 30 de agosto de 2023, vinculando-se ao Edital de Pregão Eletrônico n.º/2024 e seus Anexos, Processo Administrativo nº 002341/2025, bem como à proposta formulada pela **CONTRATADA**;

12.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este, para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente, nos termos do Artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

12.3. Caberá a **CONTRATADA** arcar com todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados contratados;

12.4. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações assumidas.

E por estarem assim justas e de acordo, assinam as partes o presente instrumento composto de XX (xxxx) folhas, em xx (xxxxx) vias, todas de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, sendo a seguir arquivado em ordem numérica de acordo com a Legislação Municipal em vigor.

Osasco, xx de xxxxxxxxxxxxxx de 202x

Prefeito

Secretário

Representante da Empresa

Testemunhas: